## Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo

Especialização em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa

# Inteligência Estratégica

Notas de Aula

*Professor* Érico Esteves Duarte Estudante Lui Laskowski

#### 1 Elementos contextuais

O campo de estudos de inteligência é uma área desenvolvida, com periódicos, produção sofisticada e cursos consolidados. No Brasil os estudos de inteligência em geral são organizados em subgrupos de ciência política, RI, estudos de defesa, estratégicos e de segurança.

Ainda que a inteligência como atividade seja tão antiga quanto a organização humana, a estruturação em instituições próprias é uma atividade relacionada ao Estado nacional moderno e regimes absolutistas, no Ocidente.

Os primeiros serviços de inteligência estavam relacionados à própria formação dos Estados nacionais, organizados para produzir informações relativas a essas consolidações. Dessa forma, esses serviços ainda possuem características bastante voltadas para dentro, examinando elementos que possam prejudicar a própria atividade e construção estatal.

Há também o problema da especialização e divisão da atividade de inteligência em relação a outras atividades de Estado. Estas atividades se especializaram nas atividades relacionadas à **diplomacia**, **defesa e policiamento interno**.

Nesse sentido, essa especialização tem duas características importantes. Em primeiro lugar, pode existir excesso de especializações, baixa transparência e baixa colaboração entre diferentes serviços, um problema das fontes de coleta de informações muito específicas em cada serviço, que determina sua própria especialização. As agências, portanto, nem sempre convergem - há problemas na interface, colaboração e troca de informações.

Outro ponto é que existe certo descompasso entre o mandato político de representantes democráticos e as necessidades de eventos de médio e longo prazo - ou seja, as demandas políticas são de curto prazo e envolvem o mandato dos representantes, o que condiciona as necessidades de inteligência. Já as questões de inteligência costumam ser de médio ou longo prazo, o que gera certos problemas na análise

e síntese de inteligência focadas nas tendências de médio e longo prazo.

É possível refletir sobre os principais desafios da inteligência estratégica, portanto, focando em melhor informação do representante político em relação a tendências de médio e longo prazo. As decisões políticas se preocupam pouco com uma orientação de inteligência estratégica que se relaciona a condições estruturais e ambientais, por exemplo.

Nesse sentido, a grande questão envolve a informação da reorientação das decisões políticas, e da análise política dos relatórios de inteligência - de forma a produzir-se benefícios não apenas para o corrente mandatário, mas também informações sobre tendências que possam afetar Estados no médio e longo prazo.

Há certa tendência a orientações organizacionais para a produção de inteligência tática de curto prazo. São necessários, portanto, a reorientação do processamento e incentivo ao cruzamento de informações.

Há uma dimensão de tensão institucional entre agilidade na produção de relatórios e transparência frente a instâncias de controle, destino, propósito e conteúdo dos relatórios de inteligência. Ter mais agilidade e eficiência tende a gerar menor controle.

A tensão é ainda maior na inteligência estratégica, esta que demanda maior transparência. A demanda é um grau de retroalimentação entre coleta, processamento, avaliação e orientação da inteligência para as atividades estatais que necessitam destas informações.

## 2 Tendências e objetivos

A inteligência estratégia tem como objetivo informar decisões políticas sobre tendências que possam afetar capacidades estatais. Nesse sentido, os elementos que mais podem influenciá-lo são *elementos ambientais* sobre as condições de produção de capacidades.

A inteligência informa acerca de quatro elementos - a transição demográfica, as mudanças climáticas, a transição das bases energéticas e as transições tecnológicas. Estas quatro áreas se relacionam, possuindo efeitos mútuos.

#### 2.1 Transição demográfica

Os elementos contextuais afetam especialmente as condições econômicas, mas no longo prazo afetam inclusive a capacidade estatal de provisionamento e segurança.

A transição demográfica admite que existe mudança nas taxas etárias dos Estados. Nos EUA, Europa e Japão existe um processo acelerado de envelhecimento e, em alguns casos, redução demográfica; no sul da Ásia e na África ainda existe uma condição de expansão demográfica ou faixa etária jovem, entre os 20 e 40 anos.

Isso repercute em mudanças nos fluxos migratórios de mão de obra entre estas regiões e dentro delas. Além disso, há no Norte uma demanda crescente por mão de obra barata e uma de aumento de produtividade, bem como uma demanda crescente por recursos de consumo. Nos países africanos e asiáticos, há processos crescentes de difícil e caótica urbanização. Cada vez mais os fluxos migratórios respondem a estas necessidades.

Este aspecto gera uma tensão flagrante e problemas migratórios cada vez maiores, em função das outras transições mencionadas.

A transição demográfica afeta diretamente a capacidade estatal de produzir e alocar recursos materiais e sociais. Isto afeta desde já a produção econômica, mas tem efeitos na própria inserção internacional dos Estados e seu caráter defensivo ou pró-ativo em interações de segurança.

Países como a Rússia estão num dilema de redução populacional forte, o que afeta sua capacidade de defender o território. Há portanto uma tendência pró-ativa de defesa de interesses, bem como uma tendência interna de capacidades de defesa que multipliquem a força de trabalho produtiva.

Em outras palavras, esta transição afeta diretamente a percepção interna dos Estados sobre sua própria vulnerabilidade.

#### 2.2 Mudanças climáticas

Estas mudanças têm causado a busca por novas áreas de habitação e produção, e o abandono de certas áreas cujas condições se tornam difíceis. O Ártico tem visto áreas de difícil habitação se tornarem mais acessíveis, inclusive para navegação e extração de recursos; regiões como o Norte da África, Oriente Médio e Sul da Europa, por sua vez, têm visto um processo de desertificação e redução de chuvas. Este foi um dos elementos que deflagraram a Guerra na Síria, cuja seca antecedente levou ao despovoamento de algumas regiões.

Possuem também efeitos econômicos, mas de maneira mais direta trazem efeitos demográficos e de políticas entre Estados. Existindo já processos de conflitos, novas áreas desabitadas e ricas ou com grande potencial de expansão, há também áreas já povoadas que passam a ver grande concentração demográfica.

As consequências atingem projetos de organização estatal, conforme a concentração populacional muda, com produção concentrada de poluição que afeta a saúde pública. Além disso, a própria condição de soberania territorial se torna desafiadora, pela concentração populacional e falta de infraestrutura para o estabelecimento de serviços de segurança em áreas que se tornam menos habitadas.

### 2.3 Transição energética

Há a ascensão de novas áreas produtoras de energia, como o golfo da Guiné, Canadá, Malvinas e Pré-Sal brasileiro, que reorganiza a produção global de energia. Por outro lado, em função da transição demográfica e climática, há uma revisão das áreas de maior consumo de energia, ou seja, antigas áreas de produção se tornam desabitadas, e outras áreas aumentaram muita sua demanda por energia.

A transição energética sempre foi uma questão central à mudança da condição estratégica entre os países, e sempre um foco importante em relação à organização global sobre como se dá a produção da energia, o controle das reservas energéticas, a distribuição dessas reservas e o processo de lucro e distribuição da atividade produtora energética.

Por outro lado, esta transição tem ainda outro efeito - o estabelecimento de novas camadas políticos de problemas antigos, por exemplo, as Malvinas, que com a concessão de contratos ingleses se tornou um problema político antigo que retorna à agenda internacional e de segurança regional.

Regiões de pré-sal que se aproximam do próprio continente sul-americano se estendem à Antártida, havendo ainda outra camada mais aguda de influência sobre linhas marítimas internacionais de comunicação e extração.

#### 2.4 Transição tecnológica

Esta transição envolve a ascensão de tecnologias digitais, biológicas, informacionais, de materiais e de produção. A grande questão é que, por um lado, estas tecnologias são capazes de mitigar os problemas das outras transições - mas por outro lado pode favorecer potências tradicionais e Estados tradicionais, assim como a ascensão de novas potências.

# 3 Elementos estruturais das relações interestatais

Elementos estruturais ou sistêmicos dizem respeito a padrões regulares de comportamento, individuais ou coletivo, inclusive os de conflito, competição e cooperação entre Estados.

Esta percepção pode ser dividida em três níveis - a análise da estrutura política internacional, da estrutura econômica internacional e dos sistemas políticos nacionais.

#### 3.1 Sistema político internacional

Aqui o que se busca entender é o equilíbrio entre capacidades estatais em capacidades de gestão internacional, e qual o efeito consolidado de autonomia relativa dos Estados entre si.

O que se busca inferir da análise deste sistema é qual o equilíbrio internacional de capacidades relativas, que permitem a Estados terem maior participação internacional e barrarem interesses que vão contra os seus próprios e seu senso de segurança.

Para avaliar um equilíbrio de capacidades, se observam três elementos. Em primeiro lugar, a chamada **tríade nuclear**, ou seja, a capacidade de dissuasão e retaliação relativa. Isto enseja a inferência com relação a capacidades de retaliação mesmo em circunstâncias extremas. Os três recursos estratégicos são mísseis balísticos terrestres, bombardeiros estratégicos e mísseis lançados por submarinos.

Uma segunda categoria de elementos importantes à capacidade relativa é o **comando do espaço**, necessário à tríade nuclear e à própria produção de inteligência estratégica.

A terceira categoria é a capacidade convencional de tornar seu território soberano, ou seja, a **inexpugnabilidade** convencional. Destas três capacidades, se entende quais países possuem maior capacidade de gestão internacional e de se manterem autônomos a constrangimentos. Atualmente existem apenas três países que atendem a estes elementos - os EUA, a RPC e a Federação Russa.

A principal dedução desta avaliação diz respeito a um sistema **multipolar**, com fortes tendências ao *desequilíbrio*, em função à capacidade assimétrica americana no que diz respeito à tríade nuclear. Um sistema assimétrico tende à instabilidade, alta competitividade, baixa cooperação e ocorrência de conflitos.

#### 3.2 Sistema econômico internacional

Buscamos aqui avaliar como se dá a divisão internacional de processos produtivos, uma divisão que

existe desde o surgimento do capitalismo e possui efeitos estruturais nacionais e internacionais, que afetam também as tendências já discutidas.

A divisão internacional do trabalho se dá em três categorias de países: os **países centrais**, onde se concentra a maior parte do capital e a maior parte dos setores produtivos são dedicados à inovação; os **países semi-periféricos**, que possuem alguma capacidade industrial mas se destinam a produzir produtos de mais baixa qualidade e dependem muito ainda da produção primária; e os **países periféricos**, dependentes da capacidade de países externos e têm baixa capacidade de produção econômica autônoma.

As regiões transitaram, mas foi sempre comum que os países centrais estivessem centrados na Europa Ocidental. Atualmente podem haver alterações mais graves, com a ascensão da China. Pode aqui haver uma grande transição e realocação de capital, que pode levar a crises econômicas e mudar a geografia econômica regional do planeta.

Regiões que orbitavam entre semi-periferias e periferias poderiam se tornar ainda mais periféricas, considerando a distância geográfica dos processos produtivos da Ásia.

# 3.3 Sistema político nacional

Aqui o que se busca avaliar são os parâmetros de tomada de decisão política de cada país, determinados por regimes mais centralizados ou mais fragmentados.

Se observa uma certa transição na configuração de regimes políticos, de regimes democráticos para sistemas mais concentrados. Ainda que esta centralização exista, existem também processos de fragmentação em vários Estados (como separatismo, tensão interna ou polarização política doméstica).

O grau de centralização de cada Estado afeta não apenas a forma como o Estado percebe ameaças, mas em longo prazo afeta a capacidade dos países de extraírem recursos sociais e tornarem-nos recur-

sos estatais, ou seja, afeta diretamente a capacidade material estatal, no sentido da preservação de sua autonomia e de sua atuação internacional.

# 4 Inteligência estratégica e inteligência artificial

Para além do que acontece nos países centrais, o que se nota é que boa parte das atividades de inteligência artificial envolve a coleta e processamento de informações nas redes sociais e na Internet. O grande volume de informações presente torna impossível que o material seja analisado por analistas humanos, e portanto o processamento e préseleção é feito, em grande parte, por computadores de grande potência que filtram e catalogam informações, tendências de opinião pública e notícias de várias regiões.

A maior parte deste processo, nos EUA, é feita por inteligência artificial, ainda que existam interfaces com analistas humanos. Uma grande parte das atividades vistas como terroristas ou ilícitas envolvem algum tipo de legenda ou criptografia, assim estas pesquisas apoiadas por IA buscam tendências e conjuntos de informação que aparentem serem suspeitos. A pergunta que se faz é até que ponto a IA é capaz de reconhecer redes de conteúdo que envolvem um grande elemento de criatividade.

# 5 Terceirização

O processo de *outsourcing* de coletores e analistas começou nos EUA e na Europa nos anos 1990, com a redução no aparato de defesa. A forma mais barata e flexível de exercer as atividades estatais, incluindo a inteligência, foi a contratação.

É possível fazer contratos por tipo de projeto, focando no tipo de inteligência que se busca. Nos EUA existem mais de 2000 companhias que já prestaram serviços de inteligência ao Estado. De 20% a 30% do serviço de inteligência americano deve ser prestada pelo setor privado. Em áreas específicas, como inteligência de sinais e de imagem, 90% da comunidade de inteligência é contratada.

As companhias de análise de inteligência de OSINT têm, também, terceirizado seus próprios serviços, abrindo filiais e contratando analistas em outros países, inclusive naqueles a serem analisados. Este processo não é apenas deixar de contratar um servidor público, portanto, porque envolve subcontratações capilares ao redor do mundo, um processo que se acelerou com o aumento do regime *home office*.

Já existem efeitos e complicações bem mapeados, e o maior problema é a responsabilização, e às vezes transparência e corrupção. Não há real controle, nem do ponto de vista trabalhista nem do ponto de vista da segurança. O problema de legalidade é acompanhado do da *qualidade* - já que muitas vezes os contratados não receberam qualquer treinamento, e não sabem que entregam relatórios a empresas de inteligência.

Existe outro procedimento no trabalho de inteligência terceirizado - o dos *think tanks* e editais de pesquisa de financiamento público que abrem, por região, chamadas acadêmicas por relatórios específicos.

Se o trabalho regulamentado e tradicional já gera sobreposições e choques de informação, baixa qualidade e dificuldades de processamento e disseminação, sua extrapolação ao setor privado aumenta muito estes problemas, falhas e complexidades.

Já existem indícios de conexão entre a privatização e o uso de inteligência artificial pelas próprias empresas contratadas, incluindo a elaboração e análise de textos para ser posteriormente refinada por um analista e enviada. O processo é cada vez mais caótico.

Isto explica muito, porque boa parte dos esforços de operações clandestinas ou de antecipação de eventos tem sido difusa, descentralizada e com dificuldades de sinergia, por conta de um processo muito amplo de *outsourcing*.

Os casos chinês e indiano são muito diferentes. Sua estrutura política é muito mais centralizada, e seu processo é inserir um analista de inteligência dentro de outras empresas, e ali o manter em condição permanente. A relação é muito mais transversal e muito mais centralizada.

Não é claro como esta questão tem se desenvolvido no Brasil, mas boa parte do serviço de coleta de imagens de satélite é feita por empresas terceirizadas. Também não há um controle claro e responsabilização pela entrega exclusiva ao Brasil - afinal, há dificuldades de controlar para quem a empresa vende as informações que coleta.

Percebemos neste processo de automatização e terceirização algo que pode ser lido como a *perda de unidade do Estado nacional moderno*. Isto é perigoso e arriscado, especialmente se faltam oficiais de inteligência qualificados. Se falta treinamento na filtragem e ceticismo, a indução à tomada de decisões erradas pode chegar aos altos escalões, mesmo intencionalmente. O processo pode se tornar exposto também à evasão de informações.